

Estudos sobre variação linguística e o ensino de língua materna e/ou estrangeira

Falar de variação linguística sem ser redundante é um grande desafio. Desafio maior é reunir textos de pesquisadores e professores que, em diferentes localidades e instituições, têm pesquisado, analisado e debatido estudos interdisciplinares que constituem o campo em tela.

Mesmo com muitos trabalhos já publicados sobre essa temática, é nítido que, apesar das inumeráveis discussões, ainda há carência de reflexões quando a questão está relacionada ao ensino de língua, quer seja materna, quer seja estrangeira.

No Brasil, ao se relacionar a questão da variação linguística com as diretrizes para o ensino de língua, percebemos que essa preocupação permeia a totalidade dos documentos oficiais, entre eles os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN. Já no texto introdutório dos PCN, orienta-se para que as escolas organizem as atividades de ensino de modo que os alunos possam “[...] refletir sobre os fenômenos da linguagem, particularmente os que tocam a questão da variedade linguística, combatendo a estigmatização, discriminação e preconceitos relativos ao uso da língua” (BRASIL, 1998a, p. 59).

Esse objetivo para o ensino de Língua Portuguesa deve-se ao que também declaram os PCN que

Embora no Brasil haja relativa unidade linguística e apenas uma língua nacional, notam-se diferenças de pronúncia, de emprego de palavras, de morfologia e de construções sintáticas, as quais não somente identificam os falantes de comunidades linguísticas em diferentes regiões, como ainda se multiplicam em uma mesma comunidade de fala. (BRASIL, 1998b, p.29)

Preocupa-nos o fato de muitas escolas manterem uma atitude que reflete certo desrespeito à diferença e à pluralidade cultural e linguística de seus alunos. Constantemente ouvimos que

[...] a escola precisa livrar-se de alguns mitos: o de que existe uma forma “correta” de falar, o de que a fala de uma região é melhor do que a de outras, o de que a fala “correta” é a que se aproxima da língua escrita, o de que o brasileiro fala mal o português, o de que o português é uma língua difícil, o de que é preciso “consertar”

a fala do aluno para evitar que ele escreva errado.

Essas crenças insustentáveis produziram uma prática de mutilação cultural que, além de desvalorizar a fala que identifica o aluno, tratando a sua comunidade como se esta fosse formada de incapazes, denota desconhecimento de que a escrita de uma língua não corresponde a nenhuma de suas variedades, por mais prestígio que uma delas possa ter (BRASIL, 1998b, p. 31).

Esses excertos dos PCN atestam a existência de um ensino de língua que desconsidera a multiplicidade cultural como característica marcante. A variação é intrínseca a qualquer língua natural, ela sempre existiu e sempre existirá, independente das forças “normatizantes” que atuam em qualquer sociedade.

Cabe lembrar que, de acordo com Labov (2008 [1972], p. 188), “uma comunidade de fala não pode ser concebida como um grupo de falantes que usam todas as mesmas formas; ela é mais bem definida como um grupo que compartilha as mesmas normas a respeito da língua”. Além disso, ainda segundo o autor, “os membros de uma comunidade de fala compartilham um conjunto comum de padrões normativos, mesmo quando encontramos variação altamente estratificada na fala real” (LABOV, 2008 [1972], p. 225).

Neste número da revista *Letras & Letras*, nosso objetivo foi reunir trabalhos que contribuam para uma melhor interpretação do caráter multidialetal da língua e para o aprimoramento do ensino-aprendizagem de língua materna e estrangeira.

O primeiro artigo, intitulado *O projeto cultural de PLE como agente da interculturalidade num contexto de não-imersão*, de Farneda e Nédio, discute os aspectos interculturais no processo de ensino/aprendizagem de Português Língua Estrangeira no contexto de não-imersão. Além de definir cultura e interculturalidade, as autoras enfatizam que tratar de questões interculturais em uma sala de aula é uma maneira de sensibilizar o aluno para a aceitação da sua cultura e da cultura do outro. Promover o diálogo intercultural, segundo as pesquisadoras, permite ao aluno “encontrar-se com a nova cultura sem deixar de lado a sua, promovendo o respeito mútuo, superando estereótipos ou preconceitos culturais e étnicos”. Para tanto, as autoras apresentam um projeto cultural que parte da crença de que esse caminho pode fornecer um ambiente, no qual o aluno “internaliza o sentimento de pertencimento à língua/cultura estudada”.

Esse projeto, de acordo com as autoras, é uma tarefa criativa e fruto do esforço de professores e alunos de três nacionalidades: brasileira, portuguesa e trinitária.

O artigo descreve o desenrolar do projeto cultural com enfoque no ensino de PLE, por meio de atividades comunicativas, para a realização de uma tarefa, e conclui que, dessa maneira, torna-se possível a compreensão das semelhanças e diferenças entre o mundo do eu e o mundo do outro, promovendo a conscientização da diversidade regional e social dos três países – Brasil, Portugal e Trinidad e Tobago – e despertando no aluno o interesse pela variedade das culturas existentes.

O segundo artigo, *Relevância e ensino: reflexão sobre a noção apropriada de contexto nas situações de ensino e aprendizagem de língua portuguesa à luz de teorias pragmáticas da comunicação*, de Gedrat, defende que a noção de contexto da teoria da relevância é a mais adequada para o ensino-aprendizagem de língua portuguesa; ressalta que, para aprender, é importante que o aluno participe da construção do contexto na comunicação em sala de aula.

Além de destacar a importância da noção de contexto e apresentar a teoria da relevância, a autora esclarece que, no que se refere ao contexto de ensino-aprendizagem, é preciso que se leve em consideração o conhecimento e as suposições armazenadas na mente do aluno, ou seja, “o estudante para o qual se apresenta a gramática como sendo a única variedade culta e aceitável da língua, conforme preconizado na Gramática Tradicional, não terá como desenvolver sua compreensão através da associação do que já sabe e do que está vendo”. A pesquisadora ressalta, ainda, que o contexto de suposições armazenadas na mente do aluno é resultado de experiências que incluem diversas variedades da língua, tanto na escrita como na fala, quer sejam proferidas por pessoas cultas, quer sejam por pessoas de nível escolar menos privilegiado. Nada disso, contudo, é suposto quando o aluno é levado a decorar as regras que regem a escrita formal.

A pesquisadora conclui, em seu estudo, que a melhor maneira de fazer com que as aulas gerem uma diferença positiva em seus ambientes cognitivos é o planejamento das aulas, pelos professores de Língua Portuguesa, visando a situações de ensino e aprendizagem de modo que os alunos participem da construção do contexto.

O terceiro artigo, *Crenças e Atitudes Linguísticas: o que pensam os alunos de Letras sobre o ensino de Língua Portuguesa*, de Silva e Botassini, evidencia como os estudos sobre Crenças e Atitudes Linguísticas têm contribuído muito para a compreensão dos processos de variação linguística e para a reflexão sobre o processo de ensino-aprendizagem orientado por uma perspectiva guiada pela questão da diversidade linguística.

O artigo aborda as questões de: variação linguística; ensino de língua materna; norma linguística; crenças e atitudes linguísticas. Os pesquisadores ressaltam que o professor de Língua Portuguesa deve ter como concepção de ensino aquele que “privilegie o aprimoramento da língua materna, a história, o sujeito e o contexto, deixando de ser somente o repasse de regras ou mera nomenclatura da gramática tradicional, para oportunizar atividades escolares mais próximas das práticas sociais letradas e cidadãs”. Para tanto, é essencial que o professor, durante sua formação, não só construa um arcabouço teórico-metodológico a respeito da variação linguística e sua inserção no ensino, mas também que esse professor desenvolva a crença na importância do ensino de língua na perspectiva da diversidade linguística.

Os autores analisam um *corpus* constituído de respostas a um questionário, composto por questões abertas, que foram aplicados a um grupo de acadêmicos do quarto ano do curso de Letras de uma universidade pública estadual do interior do Paraná. Esse estudo leva à conclusão de que um número significativo desses graduandos acredita que saber português está relacionado a ter domínio das regras gramaticais. Isso mostra o quanto é fundamental que estejam presentes nos cursos de Letras disciplinas que gerem reflexão sobre a diversidade linguística e sobre as preferências por determinados usos.

O quarto artigo, *A escolaridade e a variação de concordância verbal na língua usada por menores carentes de Maceió*, de Santos, pautando-se pelos pressupostos teórico-metodológicos labovianos, tem como objetivo observar o processo de concordância verbal para verificar a variante mais usada na escrita de menores carentes que vivem em instituições filantrópicas na cidade de Maceió, bem como identificar os fatores que condicionam/favorecem a ausência e a presença de marcas dessa concordância. A autora busca refletir, mais detidamente, sobre o papel da variável escolaridade diante dessa variação e na comparação do fenômeno estudado nas modalidades oral e escrita. Para atingir seu propósito, trabalha com dois *corpora* constituídos em trabalhos anteriores. Esses *corpora* consistem em: (i) produções escritas por dezesseis colaboradores; (ii) gravações de dezesseis entrevistas e dezesseis narrativas orais da mesma comunidade do *corpus* de dados de escrita. Os *corpora* analisados no artigo foram compilados, respectivamente, nos trabalhos de doutorado e mestrado da pesquisadora. Ao concluir que “a variação de CV na escrita dessa comunidade de fala é condicionada por variáveis estruturais e sociais e que uma das variáveis sociais mais motivadoras desse comportamento variável é a ‘escolaridade’”, o artigo corrobora os resultados de outros estudiosos da área.

O quinto artigo, *O papel da consciência (meta)linguística no ensino da língua portuguesa a alunos chineses*, de Barbosa, trata do ensino de língua portuguesa como segunda língua. O trabalho tem por objetivo “expor de forma algumas das alternativas de que o docente dispõe para aumentar a eficácia do processo de ensino-aprendizagem, sobretudo nos casos em que a língua materna não se presta a servir de suporte ou referência para a aprendizagem de uma nova língua”. A autora parte da reflexão sobre o papel da língua materna no processo de ensino-aprendizagem e do modo como, pela sua natureza, pode gerar interferências no processo de ensino-aprendizagem da língua estrangeira. O português e mandarim são duas línguas muito distintas quanto à forma, ao funcionamento e ao quadro cultural. Diante disso, é inevitável que essa diferença entre as línguas condicione a abordagem dos alunos chineses ao estudo do português, visto que o mandarim dificilmente se constituirá como um apoio de referência para a aprendizagem de língua portuguesa. A pesquisadora conclui seu artigo lembrando-nos de que “o objetivo do processo de ensino-aprendizagem: o desenvolvimento das capacidades comunicativas, nos domínios oral e escrito, o que implica o domínio de apetências linguísticas, culturais e pragmáticas”

O sexto artigo, *Variação nós e a gente na posição de sujeito na escrita escolar*, de Vitória, traz um estudo sobre o uso dos pronomes nós e a gente na posição de sujeito na escrita de alunos dos ensinos fundamental e médio da cidade de Maceió/AL. O trabalho tem como objetivo analisar a frequência de uso e os grupos de fatores que favorecem e desfavorecem as realizações desses pronomes na escrita escolar, além de verificar se as realizações encontradas em dados de fala são utilizadas durante o processo de escolarização. Para tanto, a autora utiliza-se dos pressupostos teórico-metodológicos da Teoria da Variação e Mudança (LABOV, 2008[1972]), associados a estudos linguísticos sobre a representação da primeira pessoa do plural no Português Brasileiro, a saber: Omena (1996 e 2003); Lopes (1998, 2004 e 2012); Zilles (2007); Silva (2010); e Brustolin (2010). Segundo a autora, os resultados obtidos corroboram estudos anteriores realizados sobre esses pronomes. Conclui que a pressão normativa em favor da variante conservadora nós recupera com êxito uma forma linguística não preferida na língua falada, sendo tal variação condicionada pelos grupos de fatores paralelismo formal, marca morfêmica, preenchimento do sujeito, escolaridade, sexo e tema da produção textual. No tocante ao uso de a gente, este se apresenta mais favorecido entre sujeitos do gênero feminino, no ensino fundamental e nas produções textuais que relatam experiências vividas pelos alunos. Além disso, a autora observa alguns fatores linguísticos que criam

condições para o surgimento o uso de a gente: a gente antecedido por a gente; a gente acompanhado do verbo na primeira pessoa do plural; e pronome como o sujeito foneticamente realizado.

O sétimo artigo, *Estamos formando professores que conhecem a variação linguística? Uma análise acerca da importância dos dados e das teorias para o ensino de língua*, de Silva, busca reunir algumas das contribuições da Sociolinguística para o ensino de língua e refletir se essa disciplina tem cumprido a tarefa de mostrar ao professor a pluralidade linguística ou tem se limitado a normatizar comportamentos desejáveis ao professor.

A autora defende que existe um abismo separando ensino e pesquisa, visto que “o conhecimento científico não tem extrapolado, em todas as suas potencialidades, as fronteiras dos muros acadêmicos”.

A pesquisadora esclarece que, quer por meio da Dialetologia, quer por meio da Sociolinguística, a descrição do Português Brasileiro tem se mostrado um movimentado campo de pesquisa, com muitos fenômenos já documentados. Também destaca a Sociolinguística Interacional e a Etnografia da Fala que levantam e discutem os problemas no que se refere ao uso da língua.

O artigo defende que a formação de professores tem resultado em profissionais “muito bem treinados para o discurso acerca da variação. Contudo, esses mesmos profissionais demonstram pouco conhecimento dos fenômenos de variação”. Destaca que a Sociolinguística não tem o papel de apenas promover a tolerância à variação, mas também levar à compreensão de seus mecanismos.

O oitavo artigo, *Falarra tanto que cansarra: a aspiração de /v/ no morfema verbal -ava no falar de Fortaleza-CE*, de Rodrigues e Araújo, visa examinar as variáveis linguísticas (contexto fonológico subsequente, tipo de sílaba, dimensão do vocábulo e frequência de uso do segmento) e sociais (gênero/sexo, faixa etária, escolaridade e registro) que atuam sobre a variação da fricativa /v/ em contexto de pretérito imperfeito do indicativo da primeira conjugação (/ava/). Por meio da pesquisa, as autoras buscam determinar quando /v/ se realiza como [v] (manutenção) e como [h, fi] (aspiração), além de, a partir dos resultados obtidos, verificar se o fenômeno se encontra em variação estável ou se há indícios de uma mudança em progresso. Tendo como amostra gravações de diálogos extraídos do banco de dados do Projeto Norma Oral do Português Popular de Fortaleza (NORPOFOR), o estudo mostra que a aspiração de /v/ no contexto /ava/ do pretérito imperfeito no falar fortalezense, com base nos resultados

das variáveis linguísticas, constitui um fenômeno condicionado lexicalmente e não fonologicamente. As autoras observam que a variável linguística mais relevante na pesquisa, a frequência de uso, mostra que quanto mais usual um termo, maior é a aspiração de /v/. Além disso, as pesquisadoras apontam que esse fenômeno é estigmatizado, ao mostrar que, na pesquisa, quanto menor o grau de escolaridade, maior foi o enfraquecimento de /v/. O artigo também apresenta resultados considerando as variáveis registro, faixa etária, tipo de sílaba, gênero/sexo e dimensão do vocábulo.

O nono artigo, *O tratamento da diversidade e variação linguísticas em livros didáticos de Português*, de Goulart, analisa como a diversidade e a variação linguísticas são tratadas nos Livros Didáticos de Português (LDP) para os anos finais do Ensino Fundamental e como as atividades propostas nesses materiais didáticos tematizam conceitos sociolinguísticos importantes, tais como o conceito de norma e as relações entre fala e escrita/oralidade e letramento.

A pesquisadora mostra que, nesses materiais, é nítido, como um dos objetivos perseguidos, realçar a ideia da legitimidade da norma padrão e, em consequência, desconsiderar o que configura, para autores de livros didáticos, um universo linguístico não pertencente à esfera do padronizado. Dessa maneira, o aluno de Ensino Fundamental, é levado a, continuamente, deslegitimar os usos das variedades do Português faladas pela imensa maioria dos brasileiros.

O artigo traz reflexão ao lembrar de que, há aproximadamente quinze anos, foram lançados os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa, além da existência do Programa Nacional do Livro Didático e, mesmo assim, verifica-se que a apresentação dos conteúdos é feita de forma tradicional, com base na prescrição gramatical, desconsiderando o quadro de variação existente no Português Brasileiro. Para a autora, “é imprescindível que os LDP incorporem, em suas discussões sobre a língua, os resultados das pesquisas linguísticas, a fim de que seja modificado o velho modo de encarar as aulas de língua portuguesa como ‘aula de corrigir o português errado’”.

Enfim, como sabemos, muito se tem discutido e pesquisado sobre a variação linguística e sobre o ensino de língua. Ao ler os artigos que fazem parte deste número temático, vemos um panorama de estudiosos atentos que vão nos ajudando a conhecer trabalhos já realizadas. Contudo, ao observar os fenômenos que temos pesquisado, é inevitável pensar nos que ainda temos por pesquisar.

Acreditamos que o conjunto de artigos vinculados ao tema proposto, além de apresentar as perspectivas e tendências das pesquisas linguísticas na atualidade, possa mostrar a importância dessas pesquisas ao oferecerem uma grande contribuição para o desenvolvimento de materiais e metodologias pedagógicas para o ensino-aprendizagem das variantes estudadas no falar de diferentes regiões, estratos sociais e situações comunicativas.

Adriana Cristina Cristianini
Irenilde Pereira dos Santos

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução. (3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental). Brasília: MEC, 1998a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Português. (3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental). Brasília: MEC, 1998b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/portugues.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. Trad. de M. Bagno; M. M. P. Scherre; C. R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].